

DESAFIOS DOS SURDOS NO ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE: Revisão Integrativa de Literatura

Tainara Bispo de Oliveira¹
Taciane Oliveira Bet Freitas¹
Claudia Fernanda Trindade Silva²
Flavia Farias Santos²

RESUMO

O desafio em atender o usuário surdo nos serviços de saúde se caracteriza, pela barreira comunicacional; fato que é devido também à necessidade de capacitação dos profissionais da saúde. Apesar da existência de políticas públicas planejadas pelos serviços de saúde, normalmente, as ferramentas utilizadas com o intuito de viabilizar a comunicação são partes de iniciativas individuais dos profissionais. O que continua sendo uma barreira para os portadores de surdez. **Objetivo:** Identificar quais os desafios enfrentados pelos portadores de surdez quando buscam atendimento nos serviços de saúde e analisar os motivos que os levam. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com etapas: identificação do tema, elaboração da pergunta de investigação e definição do objetivo, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, seleção dos estudos, avaliação dos resultados e análises. A busca se deu através da Biblioteca virtual em Saúde (BVS), por meio dos descritores: Deficiente Auditivo, Surdez, Acessibilidade, Serviços de Saúde, Comunicação. A amostra final foi constituída por 8 artigos. **Resultados:** Da avaliação desses estudos emergiram as duas categorias: Barreira comunicacional e Acessibilidade, bem como Indicadores para melhoria no acesso do surdo nos serviços de saúde. **Considerações finais:** Foi possível perceber que o atendimento aos surdos está em processo de construção e ainda apresenta necessidades de melhoria. Dentre as barreiras estão à falta de capacitação dos profissionais em Libras, ausência de interpretes de Libras e insumos tecnológicos.

Palavras-chave: Deficiente Auditivo. Surdez. Acessibilidade. Serviços de Saúde. Comunicação.

1 INTRODUÇÃO

A atenção básica é considerada como a porta de entrada do usuário para os serviços ofertados pelo sistema único de saúde (SUS). É caracterizada por conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção de saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde, além de ser ofertada integralmente e gratuitamente a todas as pessoas, de acordo com suas

¹ Graduanda do curso de Enfermagem da Universidade Católica do Salvador; tainara.oliveira@ucsal.edu.br.

² Enfermeiras – Docentes do Curso de Enfermagem UCSAL; taciane.freitas@pro.ucsal.br, claudia.silva@pro.ucsal.br flavia.farias@pro.ucsal.br.

necessidades e demandas do território. Sendo inaceitável qualquer exclusão baseada em idade, gênero, raça/cor, limitação física, intelectual, funcional e outras (BRASIL, 2012).

Por possuir uma limitação ou incapacidade em desempenhar certas atividades, alguns indivíduos são considerados portadores de deficiência. Segundo o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, estes podem ser deficientes físicos, auditivos ou mentais (BRASIL, 2004).

Ainda sobre a lei supracitada, deficiência auditiva é diagnosticada quando o surdo tem perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. Podendo ser congênita ou adquirida sendo definida como a diminuição da capacidade de percepção normais dos sons, de modo que a audição não tem sua funcionalidade total na vida comum (BRASIL, 2004).

Atualmente discussões acerca da deficiência têm se tornado uma temática relevante em busca de levar equidade social, educacional e de saúde a população surda. No Brasil, segundo o Censo de 2010, há 23,9% da população nacional com algum tipo de deficiência, sendo que destes, 5,1% possuem surdez (IBGE, 2010).

Neste contexto, a atenção básica deve considerar o indivíduo em sua particularidade, complexidade, integralidade e inserção sociocultural. Além disso, tem como papel desenvolver estratégias que possibilitem ao indivíduo viver de modo saudável, autônomo e sem limitações físicas ou de comunicação. Cabendo aos profissionais que atuam na atenção básica estarem preparados para acolher e prestar atendimento a toda à população, inclusive ao usuário com deficiência auditiva (OHARA; SAITO, 2010).

Em relação à comunicação ela é uma ferramenta imprescindível em todos os tipos de relações, que só acontece de maneira satisfatória quando a mensagem é transmitida é recebida com o mesmo sentido, podendo ser através da linguagem verbal e a não verbal, desde que seja coerente (OLIVEIRA *et al.*; 2017)

Quando os profissionais de saúde acolhem os usuários, torna-se necessário que se estabeleça um canal de comunicação que permita um entendimento de ambas as partes. Na maioria das vezes, essa comunicação se dá usando linguagem verbal. Mas existem outras formas de comunicação, como a comunicação através da Língua Brasileira de Sinais (Libras), que é a língua oficial utilizada pela população surda brasileira, reconhecida como meio legal de comunicação e expressão (TEDESCO; JUNGES, 2013).

Sabendo que a falta do conhecimento em Libras, pode ser um fator que dificulta a acessibilidade da população surda aos serviços de saúde, é preciso buscar conhecer a realidade desta comunidade carente e reconhecer suas necessidades o que facilitaria o atendimento integral e humanizado, respeitando desta maneira, um dos princípios do SUS, que é a integralidade. Exigindo assim, que os profissionais façam um estudo abrangente das necessidades de serviços de saúde da população surda (BRASIL, 2002).

Para garantir uma assistência em saúde eficiente e satisfatória para população surda deve-se começar pelo acesso aos serviços de saúde. Os termos acessibilidade e acesso são complementares, já que a acessibilidade possibilita as pessoas chegarem aos serviços e o acesso, permite o uso oportuno desses mesmos serviços para alcançar os melhores resultados. Se a acessibilidade não for plenamente garantida poderá gerar obstáculos ao deficiente, inviabilizando, desta maneira o acesso aos serviços de saúde (NEVES et al., 2016).

Salientando que é de responsabilidade da atenção básica por se tratar da porta de entrada para o SUS, o desenvolvimento de práticas de cuidado à saúde direcionada para os indivíduos portadores de alguma deficiência atendendo aos princípios da universalidade, integralidade e equidade justifica-se esta revisão de literatura, de modo a poder sintetizar as principais evidências científicas a fim de reconhecer os principais entraves para a efetivação desta prática.

Desta forma, o presente estudo teve por objetivo identificar quais os desafios enfrentados pelos portadores de surdez quando buscam atendimento nos serviços de saúde.

2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 Metodologia

Trata-se de um artigo de revisão integrativa da literatura científica, com a finalidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas empíricas sobre um tema ou questão de investigação (ERCOLE, *et al.*, 2017).

Desse modo, a pergunta de investigação que norteou a busca foi: Quais os desafios dos Surdos no Atendimento nas Unidades Básicas de Saúde?

A revisão integrativa inclui a análise de estudos relevantes, a qual pode demonstrar lacunas no conhecimento de uma determinada temática, além de explicitar as áreas que carecem de mais pesquisas. Este método de estudo inclui a análise de pesquisas relevantes que dão suporte à tomada de decisão e à melhoria da prática clínica.

A realização da revisão cumpriu as seguintes etapas: identificação do tema, elaboração da pergunta de investigação e definição do objetivo, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, seleção dos estudos, avaliação dos resultados e análises. Discussão e apresentação de evidências encontradas. A busca bibliográfica foi realizada nos meses de fevereiro e março de 2019 por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e desenvolvida junto às bases de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), *Medical Literature Analysis Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), e *Base de Dados de Enfermagem* (BDENF).

Para a busca dos artigos foram utilizados descritores selecionados mediante consulta aos Descritores em Ciência da Saúde (DeCs), sendo eles: Deficiente Auditivo, Surdez, Acessibilidade, Serviços de Saúde, Comunicação e com combinação do operador booleano AND. A partir da combinação desses descritores, foram localizadas 326 publicações. Para a seleção dos estudos, o recorte temporal considerado foi de 10 anos, ou seja, 2008 a 2018, o que resultou em um total de 50 artigos.

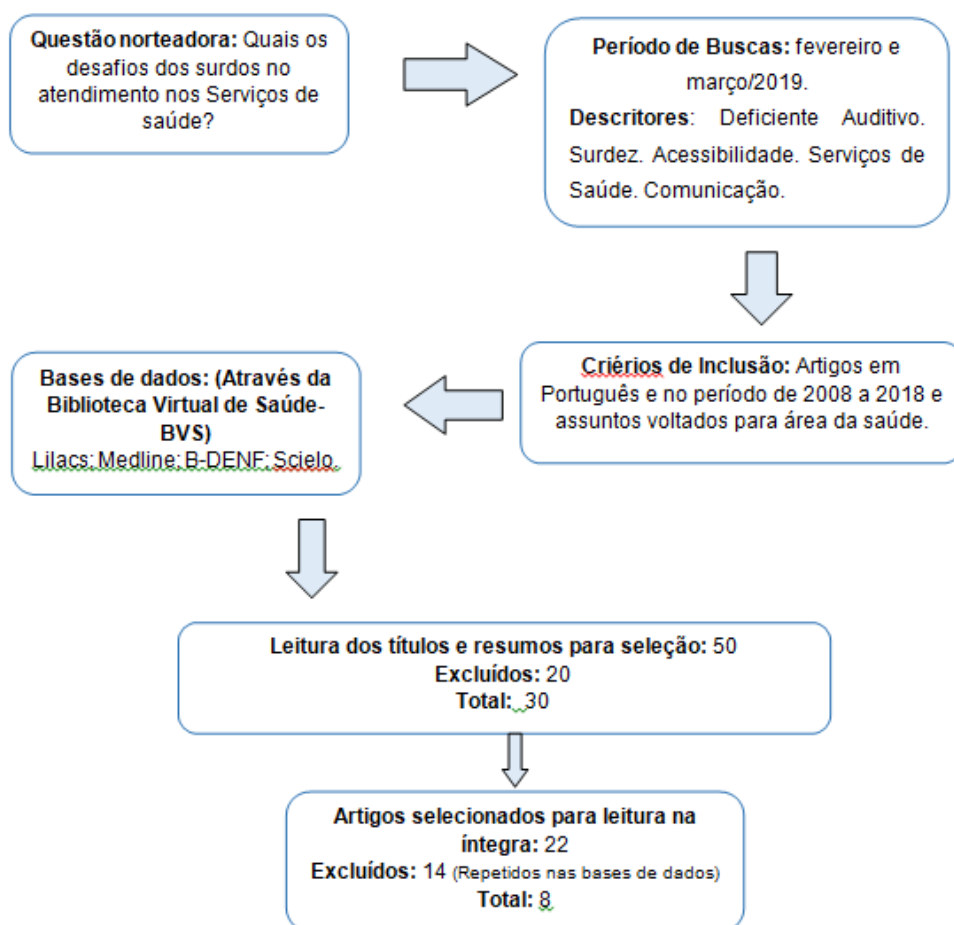
Realizou-se a leitura dos títulos e resumos das 50 publicações com o objetivo de refinar a amostra por meio de critérios de inclusão e exclusão ou por serem

duplicados. Realizou-se leitura completa de 22 artigos e de forma auxiliar, fez-se uso da técnica de análise temática de conteúdo por meio da leitura e releitura dos resultados dos estudos, procurando identificar aspectos relevantes que se repetiam ou destacavam (Figura 1).

Foram excluídos artigos de revisão de literatura/reflexão, publicações que não se enquadraram no recorte temporal estabelecido, que fugiram do tema, já que é muito pertinente encontrar sobre esse tema, na área da educação e também, os artigos duplicados. Após leitura completa dos artigos, a amostra final foi constituída por 8 artigos (Figura 1).

Foram coletados dados referentes aos estudos analisados, classificados por autor, título, objetivo, tipo de estudo, principais resultados e revista ou periódico de publicação; em seguida, foi elaborado um quadro sinóptico com os dados coletados.

Figura 1 – Fluxograma da seleção amostral dos estudos incluídos na revisão sistemática



2.2 Resultados

A análise e discussão foram realizadas com base nos pontos de concordância e discordância entre os autores citados no (Quadro 1), onde constam todos os artigos utilizados, com as seguintes descrições: autores e ano, título, objetivo, tipo de estudo, revista de publicação e os principais resultados. Do total de artigos utilizados, 01 (12%) foi publicada em 2009; nos anos seguintes, de 2011 foi encontrado 01(12%), no ano de 2013 também foi encontrado 01(12%); e em 2014 foi encontrado 01(13%), em 2015 também foi 01 (13%), já em 2017 foram 02 (25%), e em 2018 foi 01(13%) artigo. Foi observado que o maior número de publicações foi no ano de 2017, conforme apresentado no gráfico 1.

Da avaliação desses estudos emergiram as duas categorias: Barreira comunicacional versus Acessibilidade e Indicadores para melhoria no acesso do surdo nos serviços de saúde.

Gráfico 1 – Distribuição das publicações segundo o ano



Quadro 1 – Relação de artigos selecionados pela busca, na pesquisa: Desafios dos surdos nas unidades de saúde: uma revisão integrativa, Salvador, BA, 2019

AUTOR/ ANO	TITULO	OBJETIVOS	TIPO DE ESTUDO	REVISTA/PUBLICAÇÃO	PRINCIPAIS RESULTADOS
AUREA, 2009	Acesso da Comunidade Surda à Rede Básica de Saúde	Apresentar as peculiaridades do acesso da população surda aos serviços de Atenção Básica e a percepção dos gerentes de unidades de saúde a esse respeito	Estudo descritivo exploratório	Revista Saúde e Sociedade	Demonstraram dificuldades no acesso às UBS. Os gerentes das UBS demonstram perceber que a rede encontra-se em processo de mudança de paradigmas para a realização desse atendimento, deslocando-se do paradigma dos serviços para o paradigma de suporte, e também apresentam grande interesse por iniciativas relacionadas à área, necessitando de recursos para desenvolvê-las.
BENTES, et al., 2011	Percepção da pessoa surda acerca da assistência à saúde em um município de médio porte: estudo descritivo-exploratório	Conhecer a percepção da pessoa surda acerca da assistência à saúde oferecida nos serviços de saúde, bem como as dificuldades/facilidades encontradas na busca de assistência	Estudo descritivo-exploratório	Online Brazilian Journal of Nursing	Tal exclusão está vinculada a fatores como: dificuldades na comunicação nos serviços de saúde, onde acabam dependendo de familiares para que se estabeleça uma comunicação eficaz. Tal fato se agrava ainda pelas dificuldades gerais presentes no próprio sistema de saúde e pela ausência de capacitação dos profissionais que contribuiria para a melhora da qualidade da assistência e conseqüente inclusão dos surdos na assistência à sua saúde.
TEDESCO; JUNGE, 2013	Desafios da prática do acolhimento de surdos na atenção primária	Os desafios que os profissionais da saúde comunitária do GHC vivenciam no atendimento aos usuários surdos.	Estudo de abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo	Revista Comunicação Breve	Os resultados evidenciaram que os profissionais buscam diferentes ferramentas para obviar a dificuldade da comunicação com os surdos, e que a postura dos profissionais em geral manifesta desconforto e despreparo para atender às necessidades dos portadores de surdez.

OLIVEIRA et al., 2014	Comunicação como ferramenta essencial	Revelar como os surdos percebem a comunicação com os profissionais de saúde e compreender o significado da presença de um acompanhante oralizado como interlocutor durante atendimento na rede pública de serviço a saúde.	Estudo exploratório descritivo, com abordagem qualitativa	Physis Revista de Saúde Coletiva	As estratégias de comunicação com os usuários surdos adotados pelos profissionais de saúde se mostraram ineficientes e mesmo a presença do interlocutor não foi suficiente para garantir assistência com qualidade visto que os surdos se mostraram sujeitos passivos no seu processo saúde doença.
OLIVEIRA et al., 2015	Conhecimento e fonte de informação de pessoas surdas sobre saúde e doença	Compreender o conhecimento de pessoas surdas em saúde e doença e suas fontes de informações.	Estudo descritivo, com abordagem qualitativa	Interface- Comunicação, Saúde, Educação Interface.	Os surdos entrevistados nesse estudo apresentaram um conhecimento limitado sobre o processo saúde-doença. Os sujeitos valorizam o médico como imprescindível para o processo saúde-doença. Alguns surdos expuseram não conhecer sobre saúde, devido a fontes precárias e pouco eficientes, disponibilizando informações primárias, sem profundidade de conteúdos, e, por isso, reivindicam mais oportunidades.
KARSTEN et al., 2017	Comunicação do surdo com profissionais de saúde na busca da integralidade	Problematizar e identificar a concepção do surdo quanto à comunicação com os profissionais de saúde	Estudo de abordagem qualitativa	Revista Kairós	A falta de comunicação adequada entre profissionais de saúde e usuário surdo se deve ao fato da maioria dos cursos de graduação em enfermagem e saúde não proporcionar conteúdos sobre o cuidado à pessoa com deficiência em geral e sobre a surdez (CHAVEIRO, BARBOSA; PORTO, 2008).
NOBREGA et al., 2017	Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com	Conhecer a assistência à saúde prestada às pessoas surdas, usuárias da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a partir da sua perspectiva, com vistas a refletir sobre a inclusão de ações na Rede de Cuidados	Estudo de abordagem qualitativa	Revista Promoção da Saúde	Evidenciou três categorias: barreiras nos serviços; atitudes para minimizar as barreiras de comunicação; e sugestões para melhoria da assistência nos serviços de saúde; Essas informações podem interferir na assistência integral e humanizada à saúde.

	deficiência	à Pessoas com Deficiência.			
SOARES et al., 2018	Como eu falo com você? A comunicação do enfermeiro com o usuário surdo	Descrever os saberes e as práticas de profissionais enfermeiros da atenção básica na assistência do usuário surdo.	Estudo exploratório descritivo, com abordagem qualitativa	Revista Baiana de Enfermagem	Emergiram das falas dos sujeitos as unidades temáticas: “Desconhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais” e “Práticas utilizadas pelos enfermeiros para viabilizar a interação com usuários surdos”.

Fonte: Artigos selecionados para o estudo com base em dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) Salvador – BA, 2019.

Conforme Quadro 1, foi mais frequente o estudo de abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa refere-se a estudos de significações, ressignificações, representações psíquicas, representações sociais, simbolismos, percepções, pontos de vista, perspectivas, vivências, experiências de vida, analogias. (MARTINS; BÓGUS, 2004). Além, de uma boa abordagem por se adequar à investigação das percepções e de opiniões que as pessoas emitem a respeito de como vivem, sentem, pensam, constroem a si mesmas e seus artefatos (MINAYO, 2006).

2.3 Discussão

2.3.1 Barreiras Comunicacionais e Acessibilidade

Constatando que por ser uma comunidade minoritária, os surdos enfrentam inúmeras barreiras na acessibilidade a diversos serviços e em especial nos serviços de saúde. Por essa razão, surge a necessidade de investigação sistemática dos principais desafios vivenciados pelos surdos no atendimento nas Unidades de Saúde, no Brasil (MARIA et al.,2016).

Corroborando com o autor supracitado, evidencia-se que a dificuldade da comunicação não verbal é um dos principais fatores que fragiliza a inclusão dos deficientes auditivos, repercutindo na acessibilidade dos serviços. Essa realidade persiste apesar da existência de Políticas Públicas, como exemplo a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva (PNASA), que tem como objetivo atender a população brasileira com deficiência auditiva, criando condições de acesso e procedimentos de saúde (OLIVEIRA et al.,2014);

No Brasil de acordo com o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, cap.8 art. 26º o poder público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras-Língua Portuguesa realizado por servidores e empregados capacitados para esta função, bem como o acesso as tecnologias de informação conforme prevê o decreto 5.296, de 2004. Ainda de acordo com o decreto citado acima em seu parágrafo 1º as instituições devem dispor de, ao menos de cinco por

cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação de Libras (BRASIL,2006).

Para assegurar os direitos e atender as particularidades desse público criou-se a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência – PNSPPD (2002), voltada para as pessoas com deficiência física, auditiva, visual, intelectual ou múltipla e ostomizados, e de forma mais específica a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva (2004), voltada para as pessoas surdas, denominadas comumente de deficientes auditivos (DA). Ambas estabelecem diretrizes para a assistência do indivíduo considerando a rede assistencial proposta pelo SUS e estabelecem interfaces com outras políticas públicas, como a Política Nacional de Atenção Básica – PNAB (2006), que é destinada a toda população, sem distinções (BRASIL,2009).

O Decreto 5.626 de 2005 determina que a Libras (Língua Brasileira de Sinais) deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de nível superior e nos cursos de Fonoaudiologia. Entretanto, para os profissionais da área da saúde, a formação em Libras ainda é oferecida através de disciplina optativa nos cursos de graduação, fator este que pode dificultar a inserção do usuário surdo nos serviços de saúde existente, limitar o atendimento e a qualidade da relação entre os futuros profissionais e usuários, comprometendo a integralidade e a humanização no cuidado (SOUZA E POROZZI, 2009).

Apesar da existência de Políticas Públicas planejadas pelos serviços de saúde. Normalmente, as ferramentas utilizadas com o intuito de viabilizar a comunicação são partes de iniciativas individuais, ou seja, cada profissional vai se adequando a estratégias, à medida que surgem as necessidades. Havendo assim, conseqüentemente uma fragmentação das ações, o que não possibilita a aquisição de novas práticas sólidas para promover a acessibilidade do portador de surdez (SOARES *et al.*, 2018).

Diante do pressuposto, a falta de intérpretes de Libras também se constitui uma barreira nas unidades de saúde no Brasil, o que torna mais complicada a vida da comunidade surda que procura atendimento ou que solicita ajuda nas instituições de saúde. E no que se refere a relação à percepção dos surdos quanto a presença dos interpretes de libras, descobrimos que eles só se sentem à vontade quando

adquirem confiança nos interpretes e acrescentam dizendo que precisam de mais interpretes para os acompanha-los por ser direito. (NEUMA, 2005).

1.3.2 Indicadores de melhorias de acesso dos surdos nos serviços de saúde

Cabe aos gestores locais materializar e implementar uma busca que contribua no processo do direito a saúde e a comunicação para a pessoa surda, de forma eficiente, respeitando as diferenças culturais, se adequando a situação, podendo acontecer por meio dos aspectos não-verbal e/ou habilidades de perceber e decodificar a mensagem transmitida pelo usuário surdo (BENTES et al.,2011).

Recomenda-se que os profissionais de saúde tenham, nos currículos de seus respectivos cursos, incluídos a disciplina de Libras, não como eletiva, mas sim como crédito obrigatório. Essa medida, proporcionaria a aquisição de saberes que iriam modificar as atitudes dos profissionais em relação ao atendimento prestado aos clientes surdos, aos seus familiares, assim como também uma maior interação em situações de convívio profissional com colegas surdos, contribuindo para otimização da atuação do profissional, da atenção à saúde e do ato de cuidar (SOUZA; PORROZI, 2009).

Comprova-se que pacientes surdos buscam menos o sistema de saúde comparado aos pacientes ouvintes, tendo como principal justificativa o medo, a desconfiança e a frustração. É comum a população surda ter menos instrução que a população geral, logo, é necessária uma atenção para evitar uso de termos técnicos, evitar palavras que podem confundir e fazer uso de letras legíveis (TEDESCO: JUNGES, 2013).

Acredita-se que a presença de um interprete de Libras, viabilizam a comunicação entre o profissional e usuário surdo; entretanto, sua atuação nem sempre contribui, devido à disponibilidade para o atendimento ao usuário, além da sua presença dificultar na relação profissional de saúde-paciente (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Partindo deste pressuposto, não somente a comunicação é a barreira no acesso aos surdos nos serviços de saúde, como também, a ausência de determinadas ferramentas, que aperfeiçoaria o processo desde a chegada até a sua

saída no atendimento. Observa-se que, melhoria nos Insumos Tecnológicos como parêlho de Ampliação Sonoras Individuais (AASI), telefones para surdos (TDD); adaptações no uso de iluminação, celulares, e-mails e fax, e presença de meios comunicativos visuais iriam viabilizar no acesso dos surdos nos serviços de saúde (AUREA, 2009).

Logo, é fundamental que os profissionais da saúde estejam preparados para prestar um atendimento efetivo a esses indivíduos, de forma que a qualidade da assistência à saúde prestada não seja comprometida (SOARES et al., 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou conhecer a realidade de acesso à Saúde pelos surdos e, conforme os princípios de universalidade, igualdade e integralidade estabelecidos na criação do SUS, pode-se observar que existem muitas barreiras que não tornam o acesso à saúde efetivo, tais como a falta de capacitação dos profissionais em Libras. Além disso, a ausência de intérpretes de Libras, a ausência de insumos tecnológicos. Mesmo com existência de Políticas Públicas, a própria sociedade ainda vê o surdo com alguém incapaz de tomar suas próprias decisões e se tornam sujeitos passivo do seu processo saúde-doença.

Sabendo que o surdo busca menos o serviço de saúde, comparado a uma pessoa ouvinte, cabe aos profissionais aprofundar ainda mais seus conhecimentos e estreitar uma boa comunicação. Pois ao procurar os serviços de saúde, as pessoas buscam além de acolhimento, relações solidárias e de confiança com os profissionais para resolução do seu problema de saúde, e para que esse vínculo seja criado é necessário que o processo de comunicação seja efetivo. Sendo assim, para inclusão, humanização e a acessibilidade aos serviços de Saúde para as pessoas surdas só poderá ser efetivada quando compreenderem a importância de se comunicarem por Libras ou o direito de ter intérpretes nos estabelecimentos de saúde seja colocado em prática.

Assim, faz-se necessário a presença de acompanhante ou intérpretes preparados que estejam à disposição do serviço e a inclusão de curso de LIBRAS, educação permanente dos profissionais de saúde e que atuam em unidades de

saúde, bem como de incremento a formação acadêmica em saúde, com componentes curriculares que abordem os aspectos da comunicação com o surdo no currículo.

O estudo teve como limitações a amostra, visto que foram incluídos apenas artigos disponíveis online gratuitamente além de não encontrar artigos voltados para a área de saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre e PIRES, Hindhiara Freire. A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde. **Revista Enfermagem Contemporânea**. 2016 Jan./Jun.

BENTES, Iratyenne Maia da Silva; VIDAL, Eglídia Carla Figueirêdo; MAIA, Evanira Rodrigues. Deaf person's perception on health care in a midsize city: an descriptive-exploratory study. **Online Brazilian Journal of Nursing**, [S.l.], v. 10, n. 1, maio 2011.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a: **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília; 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília; 2008.

BRASIL. Diário Oficial da União. Portaria 2.488 de 21 de outubro de 2011. Aprova a **Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)**. Brasília: DOU; 2011. 21.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional da Atenção Básica (PNAB). Brasília, DF: MS, 2012.

CAMPOS GWS. Reflexões temáticas sobre equidade e saúde: o caso do SUS. **Saúde e Sociedade** 2006; 15(2):23-33.

CASTRO SS et. al. Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência. **Revista Saúde Pública**. 2011 [2016 abr 2]; 45(1):99-105.

SOARES IP, LIMA EMM, SANTOS ACM, FERREIRA CB. Como eu falo com você? a comunicação do enfermeiro com o usuário surdo. Revista baiana enfermagem 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico: características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: Gráfica digital; 2011. 270p.

MINAYO, M.C.S. Pesquisa avaliativa por triangulação de métodos. In: BOSI, M.L. M.; NOGUEIRA-MARTINS, M.C.F.; BÓGUS, C.M. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. Saúde e Sociedade, v. 13, n. 3, p. 44-57, 2004.

OHARA, E. C. C.; SAITO, R. X. S. Saúde da família: considerações teóricas e aplicabilidade. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2010.

OLIVEIRA YC, Costa GM, Coura AS, Cartaxo RO, França IS. A língua brasileira de sinais na formação dos profissionais de enfermagem, fisioterapia e odontologia no estado da Paraíba, Brasil. **Interface: Com Saúde Educ. 2012.**

RAIMUNDO RJS, Santos TA. A importância do aprendizado da comunicação em libras no atendimento ao deficiente auditivo em serviço de saúde. **Renefra. 2012.**

TRECOSSI MO, ORTIGARA EPF. Importância e eficácia das consultas de enfermagem ao paciente surdo. Rev. Enfermagem. 2017.